

Guilherme Antonio Poscidonio Vieira Camilo

Doutorado em Geografia Humana pela USP. Técnico em Assuntos Educacionais no
IFSULDEMINAS

guilherme.camilo@ifsuldeminas.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-1361-6539>

RESUMO

O agronegócio é um modelo produtor de *commodities* que aprofunda desigualdades no campo, promove a degradação ambiental e dificilmente permite um sustento econômico para os agricultores. Uma alternativa é a prática agroecológica/orgânica sob a certificação participativa, em atendimento à legislação brasileira, que exige a rastreabilidade da produção orgânica. O Plano de Manejo Orgânico (PMO) cumpre essa função, mas é um documento pouco explorado na Geografia. Cada agricultor deve preencher esse plano, detalhando insumos e práticas adotados nas unidades de produção. O objetivo do artigo foi avaliar os planos dos agricultores ligados à Central das Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas, para levantar características dos agricultores e de suas propriedades. Verificou-se que há predominância de agricultores familiares, que detêm a propriedade de suas terras e que as unidades orgânicas têm menos de 10 hectares, cuja produção é comercializada, na maioria dos casos, diretamente com o consumidor.

Palavras-chave: Agroecologia. Agricultura Familiar. Planos de Manejo Orgânicos.

RESUMÉ

L'agrobusiness est un modèle de production de *commodities* qui accentue les inégalités dans les campagnes, favorise la dégradation de l'environnement et ne permet pas aux agriculteurs de bien gagner leur vie. Une alternative est la pratique agroécologique/biologique dans le cadre d'une certification participative, conformément à la législation brésilienne, qui exige la traçabilité de la production biologique. Le Plan de Gestion Biologique joue ce rôle, mais ce document est peu exploité en Géographie. Chaque agriculteur doit remplir ce plan, en détaillant les intrants et les pratiques adoptées dans les unités de production. L'objectif de l'article était d'évaluer les plans des agriculteurs liés à la « Central das Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas », afin d'identifier les caractéristiques des agriculteurs et de leurs propriétés. On a constaté qu'il y a une prédominance d'agriculteurs familiaux, qui sont propriétaires de leurs terres. En général, les unités biologiques ont moins de 10 hectares et leur production est en majorité vendue directement au consommateur.

Mots-Clés: Agroécologie. Agriculture familiale. Plans de gestion biologique

ABSTRACT

Agribusiness is a commodity production model that exacerbates inequalities in the countryside, promotes environmental degradation, and does not allow farmers to make an economic living. An alternative is an agroecological/organic practice under participatory certification following Brazilian legislation requiring organic production's traceability. The Organic Management Plan fulfills this function, but it is a document that needs to be studied more in Geography. Each farmer must complete this plan, detailing the inputs and practices used in the production units. This article aimed to evaluate the farmers' plans linked to the Central of the Associations of Organic Producers of the South of Minas, to raise the characteristics of the farmers



and their properties. It was found that there is a predominance of family farmers who own their land and that the organic units have less than 10 hectares; in most cases, the production is sold directly to the consumer.

Keywords: Agroecology. Family farming. Organic Management Plans.

INTRODUÇÃO

A Agroecologia busca se contrapor ao modelo dominante do agronegócio, propondo uma forma de produzir alimentos de modo mais sustentável e justo para agricultores e consumidores. Para Altieri (2012), a Agroecologia proporciona sistemas de produção biodiversos, resilientes, eficientes energeticamente, além de serem justos do ponto de vista social, podendo representar para agricultores camponeses o acesso à terra, sementes e água.

Particularmente no Brasil, marcado historicamente por um modelo monocultor e agroexportador com incentivo do Estado, os desafios para esse tipo de produção são imensos. Uma das dificuldades é a produção de alimentos em maior escala e a preços razoáveis para que populações de renda baixa possam consumi-los. Essa questão é complexa, pois conforme Finatto (2015) envolve as relações entre a unidade de produção, mantida pelos agricultores com certa autonomia, e o mercado convencional, em que o agricultor tem controle bastante restrito.

O Estado poderia atuar incentivando as pequenas propriedades, por terem características favoráveis, segundo Hespanhol (2008), à adoção do sistema orgânico, pois elas trazem vantagens como a escala da produção, a diversificação produtiva e a menor dependência de insumos externos. Entretanto, também é enfatizado pela autora as dificuldades desse sistema, como pequeno volume de produção, falta de assistência técnica oficial, dificuldades financeiras durante a conversão e altos custos da certificação. Sobre esse último ponto, há uma alternativa mais acessível para os agricultores, que é a certificação por Sistemas Participativos de Garantia (SPG), que é uma das três formas de certificação da produção orgânica necessárias para a comercialização (BRASIL, 2007).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) mantém uma relação de produtores orgânicos brasileiros e estrangeiros e respectivas organizações de controle e qualidade, autorizadas a comercializar seus produtos diretamente ao consumidor no Brasil, por atenderem aos requisitos da legislação nacional. É o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos¹, uma planilha eletrônica que se constitui em mecanismo de transparência da qualidade orgânica, com os seguintes dados: tipo de entidade certificadora (auditoria, OCS ou SPG), o nome da entidade, o país, UF e Cidade, nome do Produtor, documento e contato (e-mail ou telefone), o escopo da produção e os principais produtos.

Em consulta à relação atualizada em dezembro de 2025, é possível retirar alguns dados relevantes para um breve panorama da situação: são 24.542 produtores, provenientes de 20 países

¹ Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-de-produtores-organicos-cnpo>.



de várias partes do mundo, tendo o Brasil 23.884 registros (97%). Desse total brasileiro, a maioria dos registros é por certificação por auditoria, com 10.060 (41%), seguida de perto pelos produtores com certificação participativa (9.554, que representa 39%) e por fim, 4.928 (20%) por OCS.

Como destaca Finatto (2015), discutindo diferenças e semelhanças entre Agroecologia e Agricultura Orgânica, a certificação é um dos aspectos que pode marcar diferenças entre essas correntes. A agricultura orgânica está subordinada às regras impostas pelos organismos de certificação, ao priorizar as normas de proteção ao consumidor como o principal aspecto do sistema. Por outro lado, a agroecologia não privilegia nenhum ator do sistema agroalimentar, pois todos têm a mesma importância. Essa diferença se manifesta na escolha da modalidade de certificação escolhida pelos produtores: enquanto na agricultura orgânica a opção é pela certificação por auditoria, na agroecologia ocorre preferencialmente a certificação participativa (FINATTO, 2015).

Oliveira (2012) defende que o diferencial da certificação participativa vem da organização social necessária para que o processo se concretize, em que a confiança e o controle social da qualidade orgânica se constituem no seu alicerce. Hirata; Rocha; Nery (2020) reforçam que há um compromisso de todos os envolvidos no cumprimento das exigências técnicas para a produção orgânica. Isso garante ao consumidor que ele está adquirindo um produto sem contaminação química, resultado de uma forma de agricultura que preserva o meio ambiente, se preocupa com a qualidade nutricional dos alimentos e com a geração de renda para o agricultor.

Para comprovar a rastreabilidade dos produtos, exigência da legislação (BRASIL, 2007), há a necessidade de manter registros. O documento que traz essa formalização é o Plano de Manejo Orgânico (PMO), que todo agricultor orgânico precisa preencher para adquirir ou renovar sua certificação. É necessário informar, de forma detalhada, insumos e práticas adotados em suas unidades de produção, para ser aprovado pelo Organismo de Avaliação de Conformidade (OAC) (Brasil, 2011). É um documento pouco explorado na literatura, normalmente estudado a partir da percepção dos agricultores em relação ao seu preenchimento, como em Muñoz *et al.* (2016) e Kronbauer *et al.* (2018). Apesar de ser um aspecto importante, não explora possibilidades em outras áreas, como a Geografia, Ciências Sociais, Agronomia, etc.

Isso porque, embora a principal finalidade desse instrumento, conforme a referida legislação, seja o aspecto agrônomo e ambiental, como a melhoria da biodiversidade, manejo de resíduos, conservação do solo e da água, etc., há também outras informações relevantes, que podem trazer uma visão global de como uma organização atua em uma região. Assim, esse documento não é apenas uma ferramenta técnica, mas geográfica, que permite um conhecimento dos agricultores orgânicos que não estão disponíveis nas estatísticas oficiais, como é o caso do Censo Agropecuário



do IBGE, que apenas tangencia o tema².

Nessa linha, o presente trabalho avaliou o caso empírico da Central das Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (“Orgânicos Sul de Minas” ou OSM). Segundo Hirata; Rocha; Nery (2020) a central foi constituída em 2012, a partir da articulação entre organizações de agricultores orgânicos existentes na região, com o entendimento que a melhor forma de integrar essas organizações era a constituição de um SPG. A análise documental dos PMOs da OSM permitiu verificar as principais características dos agricultores e de suas propriedades.

Essa análise foi realizada no contexto de uma pesquisa mais ampla, que culminou numa dissertação de mestrado apresentada pelo autor no âmbito do programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus Rio Claro. O artigo busca apresentar os resultados da análise documental da referida pesquisa, com algumas modificações, se dividindo da seguinte forma, além da introdução: a próxima seção se dedica a expor os procedimentos metodológicos da investigação; a terceira seção propõe uma breve contextualização da Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais (MSMG) sob o aspecto da produção agropecuária, enquanto a quarta seção apresenta os resultados e análises dos Planos de Manejo Orgânico; por fim, a última seção é dedicada às considerações finais.

METODOLOGIA

Como o requisito básico para qualquer pesquisa científica é o levantamento de dados, de acordo com Marconi; Lakatos (2003), este foi realizado utilizando as duas maneiras descritas pelas autoras. A primeira é a pesquisa bibliográfica em bases digitais e físicas, para verificar o que foi produzido sobre as temáticas do presente artigo, a saber, a agronegócio, agroecologia, a certificação participativa, os planos de manejos, em meios como livros, artigos científicos, dissertações e teses, etc., com o objetivo de fazer o diálogo entre a teoria e a empiria, que entremeou as análises ao longo de todo o artigo. Na sequência, por meio de pesquisa documental, ou de fontes primárias, foram consultados os PMOs das organizações da OSM, além dos dados agropecuários (secundários) dos municípios da Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, oriundos do Censo Agropecuário do IBGE.

A análise documental, segundo Gil (1999), se assemelha à pesquisa bibliográfica, se diferenciando desta pela natureza das fontes, que são materiais que não receberam tratamento analítico. Para o autor, algumas vantagens desse tipo de pesquisa podem ser citadas, como fonte rica e estável de dados, subsistência ao longo do tempo e baixo custo.

² No Censo Agropecuário de 2017, conforme informações disponíveis em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos#caracteristicas-produtores>, apenas duas tabelas trazem informações sobre os agricultores que fazem uso de agricultura orgânica, mesmo assim, não constam informações sobre certificação, tamanho de área certificada, etc.

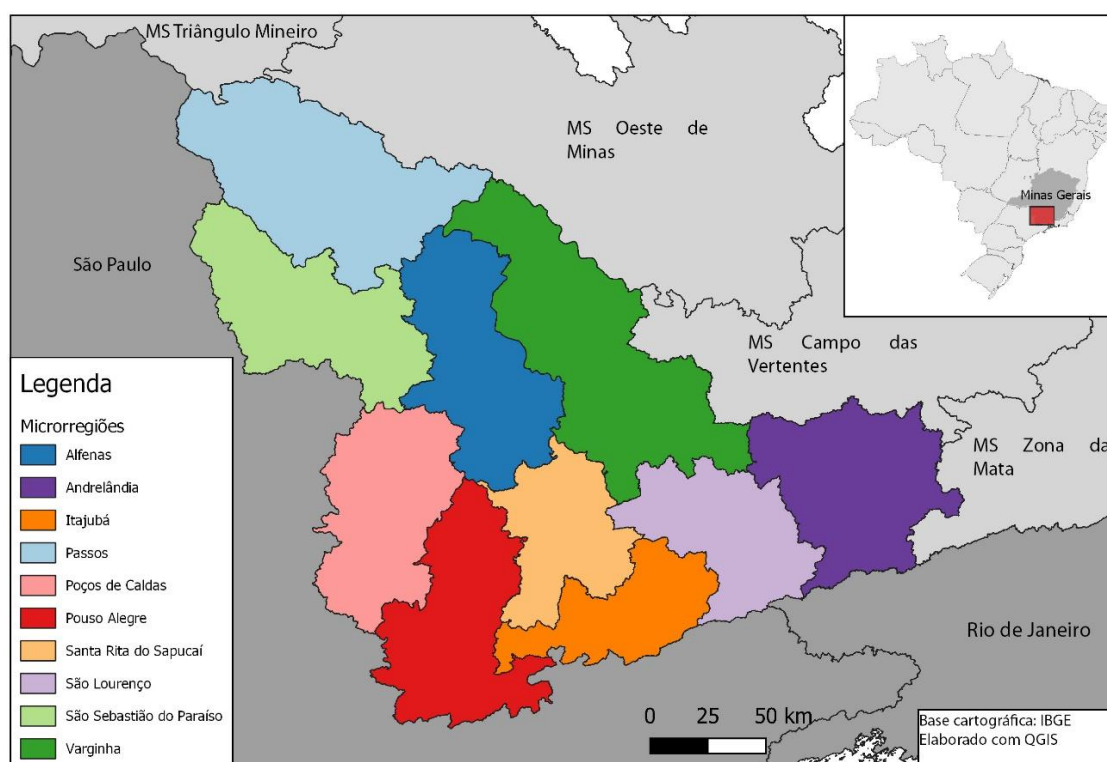


Os PMOs encontram-se arquivados na sede da OSM, que se localiza no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – Campus Inconfidentes e foi permitido o acesso a eles após autorização dos responsáveis. As informações necessárias foram digitadas em uma planilha, que foi tabulada para a análise dos dados. Foram analisados todos os planos de manejo das diversas associações ou cooperativas que compõem a OSM referentes ao ano de 2019. A certificação foi avaliada por unidade de produção orgânica e não por agricultor certificado, como ocorre no Cadastro Nacional do MAPA, em que uma mesma área pode ter duas ou mais pessoas certificadas, pois a certificação é individual. Ao mesmo tempo, há casos em que um agricultor tem diversas áreas certificadas e conta somente com uma certificação. Para a finalidade proposta, a unidade de produção é mais relevante para analisar a sua distribuição geográfica.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO SUL/SUDOESTE DE MINAS GERAIS SOB O ASPECTO AGROPECUÁRIO

A MSMG, representada no Mapa 1, é composta por 146 municípios, pequenos e médios, distribuídos em 10 microrregiões, fazendo divisa com outras três mesorregiões de Minas Gerais, além dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o que demonstra sua localização estratégica entre três das mais importantes capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Conforme dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), são 106.000 estabelecimentos agropecuários na mesorregião.

Mapa 1 - Localização da Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, com a subdivisão por microrregiões



Fonte: IBGE (1990)



Do ponto de vista da atividade agropecuária, a referida mesorregião possui as seguintes características, extraídas de IBGE (2017): a agricultura familiar possui cerca de 76% dos estabelecimentos agropecuários, mas em relação à área ocupada, a sua participação cai para 38%; a maioria das propriedades tem o tamanho de até 50 hectares (ha), aspecto que denota a intensa subdivisão que gera grande quantidade de estabelecimentos agropecuários; as principais culturas praticadas são a cafeicultura e a bovinocultura de leite, que serão tratadas a seguir, e em menor grau, produtos da horticultura, como morango, batata, brócolis e mandioquinha.

A cafeicultura é destaque nacional, conforme dados do IBGE (2017), com cerca de 30% da produção nacional e 40% da produção estadual de café arábica, cuja participação da agricultura familiar foi de 33% da área colhida (123.453 ha de um total de 374.471 ha). Importante salientar que é o café uma *commodity*, que tem seus preços controlados por bolsas de mercadorias e futuros e influenciados diretamente por grandes empresas transnacionais, o que significa dizer que o produtor não tem nenhum controle sobre eles.

O estágio presente é caracterizado como cafeicultura científica globalizada (Frederico, 2014), marcado pela sua subordinação a parâmetros produtivos mundiais, que impõem uma lógica de livre mercado e competitividade mundial, onde quem ganha são as grandes empresas torrefadoras e *tradings* e não os produtores, independentemente da sua nacionalidade. É a lógica apontada por Santos; Silveira (2013), que consideram que há espaços que mandam (importadores de café) e outros que obedecem (MSMG) e que índices econômicos obtidos são contrastados com o fato de a coerência e o brilho das atividades locais constituírem uma coerência subordinada, que depende de entidades estranhas ao local, que não se preocupam com os seus destinos.

Outra cultura de destaque na mesorregião é a bovinocultura de leite, participando com cerca de 15% da produção estadual e 4% da produção nacional (IBGE, 2017), tendo a participação da agricultura familiar contribuído com cerca de 48%. Há grandes empresas atuando na MSMG como a Danone S/A (Poços de Caldas), Grupo Vigor (São Gonçalo do Sapucaí), Polenghi (São Vicente de Minas) e cooperativas como a Casmil (Passos) e CooperRita (Santa Rita do Sapucaí), que concentram os ganhos da atividade.

Esse modelo de agricultura se baseia na monocultura e na utilização de insumos químicos, notadamente agrotóxicos, largamente utilizados nas culturas do café e morango, contaminando pessoas, solos e a água, além de não gerar um sustento econômico para os agricultores, principalmente os familiares. Dessa forma, a alternativa ao agronegócio excludente e injusto é a Agroecologia, que busca enfrentar esse modelo com base em relações éticas e sustentáveis. É o caso dos agricultores pertencentes à “Orgânicos Sul de Minas”, que estão trilhando esse caminho diferente, praticando a Agroecologia sob a certificação participativa, cujas características são



analisadas na próxima seção.

RESULTADOS DAS ANÁLISES DOS PLANOS DE MANEJO

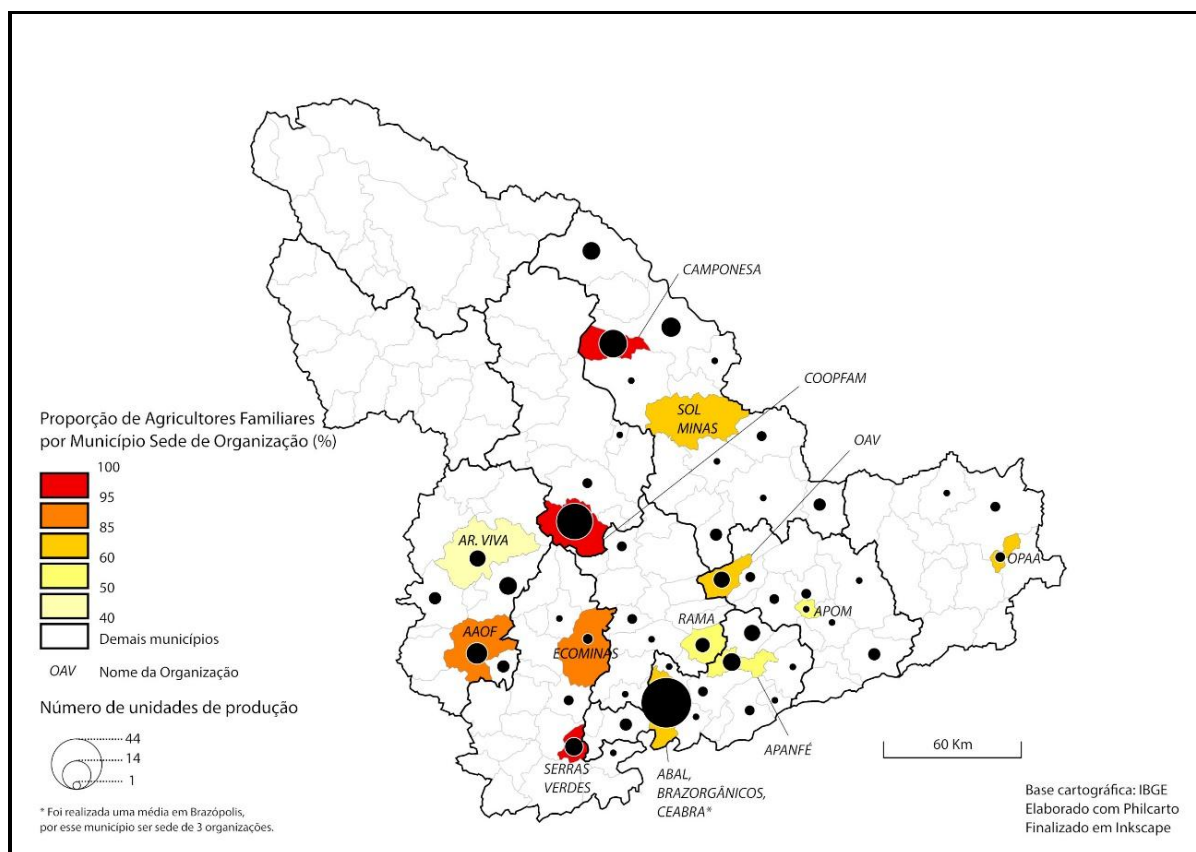
Os PMOs referentes aos agricultores da OSM foram utilizados como fonte de dados para a análise documental da pesquisa. É um documento que registra as ações da propriedade, que asseguram que estão sendo atendidos os requisitos para a certificação orgânica, de acordo com a legislação brasileira. Cada Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica (OPAC), que é uma das duas formas de OAC, estabelece seu próprio modelo de Plano de Manejo Orgânico, respeitando as exigências legais.

As informações contidas nesse documento tratam predominantemente de questões agronômicas e ambientais, que não são abordados na presente pesquisa, mas algumas informações são relevantes para tratar de questões sociais e geográficas. Dessa forma, foram escolhidas as seguintes informações: Organização a que pertence o agricultor; Município; Número da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que atesta que o agricultor é familiar; Posse da Terra; Área da Unidade de produção total e orgânica; Mão de Obra; Escopo de Atuação; Certificação: tempo de certificação, outras certificações, situação da propriedade, tempo de conversão; Principais produções e destinos da comercialização, divididos em: a) hotéis, restaurantes e similares; b) mercado externo; c) direta ao consumidor; d) mercado atacadista; e) mercado varejista; f) outros, quais?

Foram identificadas 205 unidades produtivas em 49 municípios diferentes na MSMG, distribuídas conforme o Mapa 2, além de unidades em 5 municípios de outras mesorregiões: Santo Antônio do Amparo (Oeste de Minas); Lavras, Ijaci e Coronel Xavier Chaves (Campo das Vertentes) e Santa Rita de Jacutinga (Zona da Mata). Observou-se uma concentração elevada, cerca de 40% do total, em três municípios: Brazópolis, Poço Fundo e Campo do Meio, com 44, 23 e 14 unidades, respectivamente. Trata-se de municípios que contam com associações e cooperativas com grande quantidade de agricultores, como a Associação de Bananicultores de Luminosa (ABAL), a Central de Associações de Brazópolis (CEABRA), a BRAZORGÂNICOS em Brazópolis, a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM) em Poço Fundo e CAMPONESA em Campo do Meio. Essa última reúne, em sua maioria, agricultores dos três assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da região Sul de Minas: Primeiro do Sul, Santo Dias e Nova Conquista (Hirata; Rocha; Nery, 2020).



Mapa 2 - Localização das unidades de produção orgânicas certificadas pela OSM e Percentual de Agricultores Familiares por Município-Sede de Organização



Fonte: Planos de Manejo (2020)

No que se refere à distribuição por microrregião, o destaque vai para Itajubá, com 66 unidades em 10 municípios, e Varginha, com 39 unidades em 10 municípios, seguida de Poços de Caldas, 24 unidades em 5 municípios, ao mesmo tempo em que São Sebastião do Paraíso e Passos não têm nenhuma área certificada.

Tratando-se da distribuição dessas unidades por organização, tem-se a síntese de algumas de suas características no **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

Quadro 1 - Organizações ligadas à OSM, municípios sede e principais produtos comercializados

Nome da Organização	Município Sede	Principais Produtos
Associação Agroecológica de Ouro Fino (AAOF)	Ouro Fino	Cafê, Banana, Feijão, Milho, Hortaliças
Associação de Bananicultores de Luminosa (ABAL)	Brazópolis	Banana
Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé (APANFÉ)	Maria da Fé	Feijão, Ervilha, Hortaliças e Frutas
Amigos Produtores Orgânicos da Mantiqueira (APOM)	São Lourenço	Feijão, Milho, Hortaliças e Frutas
Grupo Araucária Viva	Caldas	Hortaliças
BRAZORGÂNICOS	Brazópolis	Hortaliças e Frutas
Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros	Campo do Meio	Milho, Feijão,



(CAMPONESA)		Hortaliças, Frutas
Central de Associações de Brazópolis (CEABRA)	Brazópolis	Feijão, Hortaliças e Frutas
Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM)	Poço Fundo	Café, Feijão, Hortaliças
Associação dos Agricultores Ecológicos do Sul de Minas (ECOMINAS)	Pouso Alegre	Feijão, Milho, Hortaliças e Frutas
Orgânicos das Águas Virtuosas (OAV)	Lambari	Feijão, Hortaliças, Café, Frutas
Organização de Produtores Agroecológicos do Alto Rio Grande (OPAA)	Arantina	Hortaliças e Frutas
Rede Agroecológica da Mantiqueira (RAMA)	Pedralva	Feijão, Milho, Hortaliças, Frutas
Associação de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos SERRAS VERDES	Córrego do Bom Jesus	Feijão, Milho, Hortaliças, Frutas
Sociedade Sul Mineira de Agroecologia e Solidariedade (SOL MINAS)	Três Pontas	Feijão, Milho, Hortaliças, Frutas
Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana	Embora seja vinculada à OSM, não possui áreas certificadas por ela. Por esse motivo, não tem planos de manejo, não sendo analisada na pesquisa.	

Fonte: Planos de Manejo Orgânicos (2020).

Comparando com os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), verifica-se que entre os 49 municípios onde há unidades orgânicas, 21 deles têm predomínio de agricultores familiares, principalmente nas microrregiões de Poços de Caldas, Pouso Alegre e Itajubá e os demais se localizam em municípios com predomínio da agricultura não familiar. Nesse ponto, a microrregião de Varginha se destaca, pois todos os 10 municípios onde há unidades orgânicas são dominados pela agricultura não familiar, o que mostra um contraponto, na medida em que as características das organizações que se localizam nessa microrregião são de pequenas propriedades familiares, notadamente da CAMPONESA.

Sobre os dados de agricultores familiares no âmbito da OSM, conforme apontado no **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e no Mapa 2, em 10 das 15 organizações há predominância desse grupo. Importante destacar que os demais agricultores não são patronais, ou seja, médios ou grandes produtores, mas sim atores denominados neorrurais. Karam (2004), ao analisar um grupo de agricultores orgânicos no Paraná, faz a distinção entre agricultores tradicionais e neorrurais, conforme a trajetória de vida deles, em que os primeiros são aqueles indivíduos que têm toda sua trajetória de vida ligada ao mundo rural, e os segundos são aqueles cuja trajetória foi até recentemente ligada ao mundo urbano. Dessa forma, Codonho (2015), que estudou algumas organizações na MSMG, complementa que os neorrurais têm a característica de rompimento com estilos de vida anteriores, para iniciar uma nova experiência econômica e social na produção ecológica.



Com relação às culturas praticadas pelos agricultores orgânicos, percebe-se que elas vão além do aproveitamento da potencialidade local, ou seja, cultivam-se as culturas predominantes nos municípios aliada à diversificação nas propriedades. A exceção ocorre no caso dos cafeicultores e bananicultores, que estão mais ligadas a uma prática monocultora. Importante salientar também a produção de feijão, que é um dos pilares da alimentação no Brasil e é destaque em pelo menos 11 das 15 organizações. Nesse ponto, há uma efetivação do papel da agroecologia como um dos principais elementos para chegar à soberania alimentar e à justiça ambiental (CIDSE, 2018).

Enquanto isso, na escala nacional, a área plantada de feijão tem caído e sido afetada com contaminação por agrotóxicos como a malationa, que tem um limite máximo de resíduos (LMR), 400 vezes maior do que na União Europeia (BOMBARDI, 2017). A autora também nos lembra que a lógica de produção de *commodities*, fortemente dependente do uso de agrotóxicos, leva à perda do valor de uso dos alimentos, para atender não à alimentação humana, mas à demanda do capital.

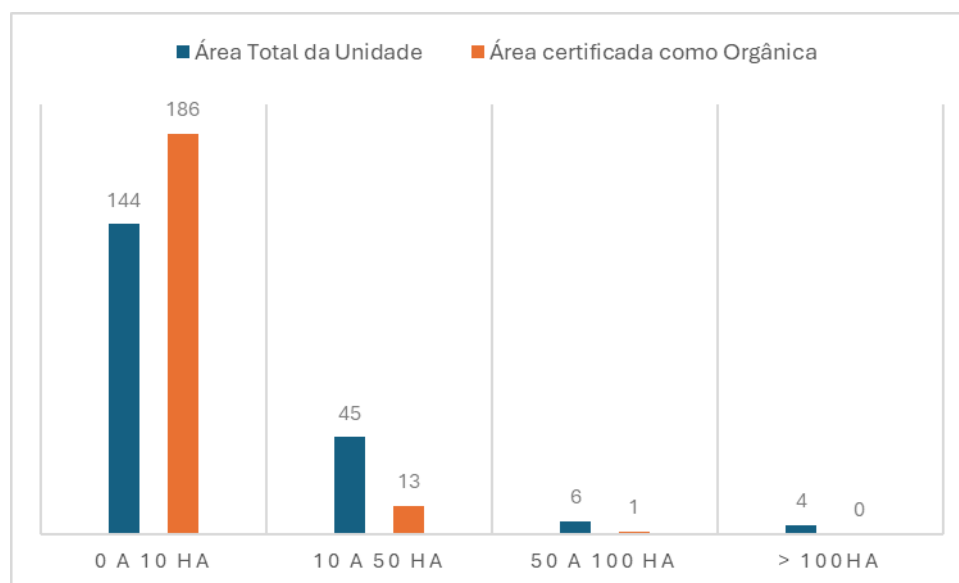
Sobre o escopo de atuação, a quase totalidade das unidades trabalham com produção primária vegetal, 203 delas ou 99%, com exceção de 2 unidades exclusivamente de processamento, além de 12 contarem com processamento de produtos de origem vegetal e 8 com Extrativismo Sustentável Orgânico, com a coleta de Pinhão (*Araucaria Angustifolia Bertol. Kuntze*).

Por outro lado, nenhuma unidade tem certificação para produtos de origem animal, como carne, leite, ovos e mel, apesar de frequentemente os agricultores possuírem animais como parte integrante dos seus sistemas produtivos. Viersman *et al.* (2012) referendam, em seu estudo com agricultores do Paraná, que as dificuldades na produção e processamento de produtos orgânicos de origem animal é ainda maior que os vegetais, pois fatores como a baixa escala de produção, mercado restrito para este tipo de alimento e a obtenção de licenças sanitárias e ambientais se constituem em obstáculos para os agricultores familiares. É o retrato dos desafios da transição para sistemas de criação animal agroecológica, que requerem reestruturação, não apenas adaptação, dos sistemas, integrando segurança alimentar, eficiência econômica e preservação ambiental (MACHADO FILHO *et al.*, 2023).

Com relação ao tamanho das unidades de produção, chegou-se à soma de pouco mais de 911 hectares certificados como orgânicos, distribuídos conforme o Gráfico 1. As agroindústrias foram excluídas da contagem, além de 4 unidades sem informação sobre a área total e 3 sobre a área orgânica.



Gráfico 1 - Número de unidades por faixas de tamanho total e certificados como orgânicos



Fonte: Planos de Manejo Orgânicos (2020).

Tanto na área total quanto na certificada, a absoluta maioria das unidades possui de 0 a 10 ha. Isso se deve tanto a característica dos produtores quanto à dificuldade técnica no cultivo de orgânicos e o tipo de produção, em sua maioria de produtos da horticultura, que se mostram viáveis para cultivos em pequenas escalas de produção, conforme Hespanhol (2008).

Verifica-se que as unidades orgânicas seguem a tendência das características agropecuárias de seus municípios (IBGE, 2017), pois em 29 deles também predominam propriedades de 0 ha a 10 ha, em outros 14 predominam propriedades de 10 ha a 50 ha, enquanto em apenas 6 predominam propriedades com mais de 50 ha, localizadas quase na totalidade nas microrregiões de Varginha e Andrelândia.

Conforme Altieri (2012), a agricultura familiar camponesa, que ele considera patrimônio ecológico planetário, deve ser apoiada e revitalizada, pois essa base em pequenas propriedades tem vantagens, como: a) ser a chave para a segurança alimentar mundial; b) ser mais produtiva e conservar mais os recursos naturais em relação às grandes monoculturas; c) ser mais diversificada, representando modelos de sustentabilidade; d) estar livre dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) devido a sua agrobiodiversidade; e) auxiliar no resfriamento do clima.

Quanto ao tempo de certificação, o primeiro registro ocorreu em 1999 e até 2013, 60 agricultores foram certificados. Os grupos pioneiros foram AAOF, COOPFAM, Serras Verdes e APANFÉ, que têm agricultores certificados há mais de 20 anos. A situação mudou com a constituição da “Orgânicos Sul de Minas” em 2012 e o seu credenciamento em 2013, ano em que o OPAC Sul de Minas iniciou a certificação das primeiras unidades de produção (HIRATA; ROCHA; NERY, 2020). Segundo os autores, a existência de grupos de agricultores orgânicos consolidados,



como os citados, impulsionou a proposta a criação da “Orgânicos Sul de Minas” e proporcionou condições da construção do primeiro OPAC de Minas Gerais. A partir de então, de 2014 a 2018 foram 80 certificados e somente em 2019 e 2020, mais 60 certificados. Os dados refletem a situação das unidades certificadas no ano de 2020, não sendo uma quantidade de certificados existentes nos referidos períodos apontados.

O próprio modelo da certificação participativa ajuda a entender essa situação, pois a necessidade de visitas de pares e de verificação gera uma interação benéfica entre os agricultores, com os mais experientes auxiliando os mais novos, contribuindo para a referida expansão. Essa interação baseada em recursos locais vai de encontro ao proposto por Ray (2001), que destaca, em seu conceito de desenvolvimento neo-endógeno, uma abordagem ascendente (*bottom-up*). O autor trata de três aspectos cruciais: foco territorial (e não setorial), valorização de recursos e protagonismo locais, exatamente o que acontece com a certificação participativa.

Gliessman (2018) *apud* Candiotto (2020) também destaca que, para que as práticas agroecológicas progridam, é importante, sob o aspecto prático, que haja uma troca de conhecimentos empíricos e a aproximação entre os que produzem conhecimento (agricultores, cientistas e técnicos) e aqueles que aplicam os conhecimentos (sobretudo os agricultores). É precisamente o caso da OSM, na medida em que os agricultores trocam informações entre si e interagem constantemente com os professores e técnicos do IFSULDEMINAS e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG).

Candiotto (2020) afirma que a contribuição da Geografia nos estudos sobre agroecologia pode se dar nos campos teórico e epistemológico, ao estabelecer um diálogo multiescalar, da escala nanoterritorial até a global, além de outras escalas intermediárias. Em relação às escalas nanoterritorial (equivalente ao estabelecimento agropecuário do IBGE) e microlocal (espaços do cotidiano, como bairros), a partir das contribuições de Souza (2006 e 2013), Candiotto (2020) afirma que essas escalas são fundamentais para se analisar a dimensão espacial da agroecologia em termos de práticas agroecológicas.

Outras escalas que o autor destaca (bem como suas relações de interdependência) são a mesolocal/municipal, regional, estadual, nacional e internacional, apontando a relevância das políticas públicas que apoiem e incentivem a agroecologia. Nesse ponto merece menção que o processo de certificação participativa da OSM transita da escala nanoterritorial até a regional, em razão das visitas de pares e de verificação, além das reuniões que planejam e discutem ações de interesse do grupo e relativos à certificação (HIRATA; ROCHA; NERY, 2020).

A Organização Não Governamental CIDSE (2018) também enfatiza a importância de uma agroecologia, do ponto de vista cultural e social, que não exige uma certificação externa onerosa ao



produtor, cujo pilares são relações de produtores e consumidores e de transações baseadas na confiança. Uma das alternativas de certificação indicadas é justamente o Sistema Participativa de Garantia.

Tratando justamente de outras certificações, além da participativa da OSM, alguns agricultores optam por mais de um tipo de certificação, porque alguns mercados exigem a certificação por auditoria. É o caso do café exportado pela COOPFAM, em que a certificação participativa não é aceita nos mercados europeu, estadunidense e asiático, principais compradores.

O último aspecto analisado sobre esse tópico é a situação da propriedade em relação à certificação e, no caso de a propriedade não ser integralmente orgânica, em quanto tempo o agricultor pretende convertê-la. Essa é uma exigência do art. 3º, inciso XVI, do Decreto nº 6.323, de 22 de dezembro de 2007, o qual prevê entre as diretrizes da agricultora orgânica: “conversão progressiva de toda a unidade de produção para o sistema orgânico” (BRASIL, 2007). A maioria das unidades (69%) já são integralmente orgânicas. Nas propriedades onde há produção paralela (29%), há pouca informação sobre o tempo de conversão das unidades, enquanto a conversão parcial estava em andamento em 2% das unidades.

A produção animal é o tipo de produção convencional predominante na maioria das unidades em que se informa ter produção paralela, sem informação sobre o tempo de conversão. Provavelmente, isso ocorre por conta da extrema dificuldade de adequação de pequenos produtores às exigências sanitárias e porque os agricultores podem ter esse tipo de produção apenas para consumo próprio, sem interesse na comercialização.

Outro aspecto que merece ser destacado na análise, pela sua importância social, é a mão de obra. O pessoal ocupado na agricultura tem caído de forma significativa no Brasil, como indica a pesquisa de Silveira (2017), ao levantar os dados de pessoal ocupado na agricultura entre 2004-2016 (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio Pnads Contínuas do IBGE). Esse é o retrato do modelo do agronegócio, que busca continuamente a substituição de trabalho por capital e tecnologias. Em sentido contrário, a Agroecologia visa à subsistência e à melhoria da qualidade de vida do agricultor e de sua família, além de gerar empregos e auxiliar na fixação do homem no campo. A Tabela 1 apresenta os dados de mão de obra nos PMOs, que mostram que na maioria dos casos, há até duas pessoas trabalhando nas unidades, predominantemente da própria família.

Tabela 1 - Número de unidades por tipo de mão de obra e quantidade de trabalhadores

	1 a 2 pessoas	3 a 4 pessoas	5 ou mais pessoas	Sem pessoas da família	Sem Informação
Membros da família na produção	133	56	9	-	0
Mão de obra Externa	86	18	4	76	14

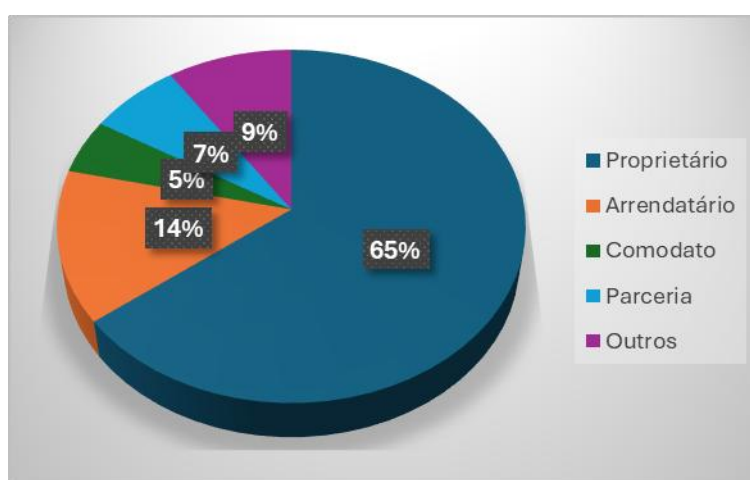
Fonte: Planos de Manejo Orgânicos (2020).



A relação trabalhista da mão de obra externa se divide em: 39,8% temporário, 18,7% permanente, 14,6% parceria e o restante se subdivide em combinações das mais variadas, como temporário e permanente, parceiro e permanente etc. Os dados demonstram o peso da mão de obra familiar nessas unidades.

No que se refere à posse da terra, tem-se o Gráfico 2. Apenas 4 unidades não informaram essa variável. A ampla maioria das unidades tem a posse pelo proprietário, seguida de arrendatários, que somam quase 80%. Isso se deve à grande quantidade de agricultores familiares e pequenos proprietários que predominam na OSM. A categoria “Outros” é constituída quase na totalidade por assentados e acampados da reforma agrária, que não possuem o título de propriedade da terra.

Gráfico 2 - Posse da Terra, OSM



Fonte: Planos de Manejo Orgânicos (2020).

Por fim, o aspecto relacionado à comercialização da produção orgânica, conforme exigido pela IN 46/2011 (Brasil, 2011). Os PMOs trazem em cada escopo de atuação, que foi analisado anteriormente (produção vegetal, extrativismo, processamento etc.), a relação de produtos que serão plantados ou colhidos no ano vigente para a certificação. No caso da produção vegetal, os produtos são divididos em grupos: grãos, hortaliças diversas, folhosas, de grãos, tubérculos, condimentares etc.; café; fruteiras e outros cultivos, por exemplo, oleaginosas. Para cada grupo, há um quadro para o agricultor preencher com o Tipo de comercialização, em que constam as seguintes opções: a) hotéis, restaurantes e similares; b) mercado externo; c) direta ao consumidor; d) mercado atacadista; e) mercado varejista; f) outros, quais?

Entende-se que há um grau de subjetividade no entendimento dessas opções pelos agricultores, pois percebeu-se alguns “equivocos” no preenchimento. Por exemplo, o termo “mercado externo”, que seria exportação, foi entendido por alguns agricultores como externo à sua própria cidade, informação que foi confirmada com um coordenador de grupo. Além disso, comercialização “direta ao consumidor” não apreende a variedade de situações possíveis, como

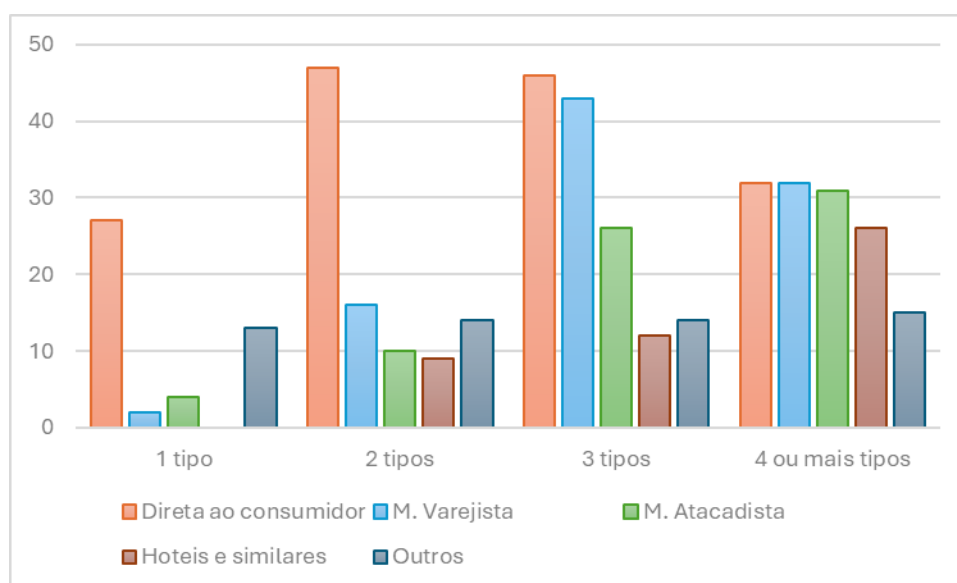


feiras, venda na propriedade, grupos de consumo, venda de porta em porta, etc. Apesar dessas ressalvas, foi possível ter uma compreensão geral sobre a quantidade e a variedade dos canais de comercialização utilizados pelos agricultores certificados.

Constatou-se uma distribuição mais ou menos homogênea da quantidade de tipos, variando entre 32 unidades com 4 ou mais tipos, passando por 46 unidades com 1 tipo, 47 com 3 tipos até 48 com 2 tipos, sem contar as 30 unidades que não preencheram essas informações no PMO, na maioria dos casos, de unidades ligadas à ABAL. Além dessas 30 unidades, na construção do Gráfico 3, foram desconsideradas na construção do gráfico, as 2 agroindústrias, que comercializam a produção de forma coletiva e o Setor de Agroecologia do IFSULDEMINAS, por ser uma unidade didática.

Predominam a venda direta ao consumidor, citada em 152 dos 173 PMOs, o que representa cerca de 88%, seguida pelo mercado varejista (53% dos PMOs). A venda direta predomina em todas as situações, seja no caso de 1 e 2 tipos, com larga vantagem sobre os demais, seja nos casos superiores a 3 tipos, em que ela predomina, mas com margem menor. Os mercados atacadistas e hotéis e similares são os outros dois tipos que mostram mais força, principalmente nos casos de unidades com mais de 3 tipos de comercialização.

Gráfico 3 - Quantidade de tipos de comercialização citados nos PMOs



Fonte: Planos de Manejo Orgânicos (2020).

O que se observou nos dados é que quando há somente uma forma de comercialização na unidade ou é direta ou se enquadra em “Outros”, muito citada no caso dos produtores de café, que comercializam somente com as cooperativas. “Outros” engloba Mercado Externo, Cooperativa, Agroindústria, internet e PNAE. Essas duas últimas merecem menção: Internet (redes sociais) e PNAE.

Sobre o primeiro, apenas 2 unidades (0,47%) declararam comercializar seus produtos pela



internet, o que demonstra que um significativo mercado não está sendo explorado, situação que provavelmente se modificou bastante após o início da pandemia. Sobre o PNAE, há 11 unidades (2,59%) que afirmaram utilizar esse canal, o que também se considera um pequeno peso no cômputo geral e que houve uma diminuição desse canal comparando com os resultados encontrados por Hirata (2016), que levantou que o percentual de produtores ligados à OSM que utilizava os mercados institucionais (PNAE/PAA) era de 10,4%. A diminuição provavelmente foi semelhante no Brasil como um todo, com o esvaziamento desses programas a partir de 2016.

Os dados levantados foram referendados por entrevistas com uma amostra dos produtores, que estão inseridos em circuitos curtos de comercialização, cujas vendas são relevantes em grandes centros consumidores, com o mercado local servindo de modo apenas complementar nas vendas dos entrevistados (CAMILO, 2023). O autor concluiu que mais importante que a venda em circuitos curtos locais, é a organização coletiva e a diversificação dos canais de comercialização, com intermediários que valorizem de maneira justa a produção orgânica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram verificados muitos dados relevantes sobre o perfil dos agricultores ligados à OSM com a análise dos Planos de Manejo Orgânicos, que se mostraram um verdadeiro instrumento geográfico, capazes de retratar o conjunto dos agricultores orgânicos de toda uma região. Predominam os agricultores familiares na maioria das organizações, sendo que em algumas se destacam os chamados neorrurais. A constituição da OSM foi importante por permitir que grande quantidade de agricultores pudesse se certificar e buscar mercados para seus produtos.

Verifica-se também que esses agricultores detêm, em sua maioria, a propriedade de suas terras e que as áreas das unidades de produção orgânica são pequenas (até 10ha). Outra característica é que a mão de obra predominante é a da própria família, com poucos componentes, até 4, e que, quando há mão de obra externa, ela é temporária. Sobre a comercialização, a maioria dos agricultores se utiliza de até 3 formas de venda e a venda direta ao consumidor é a mais difundida.

Evidentemente, os PMOs apresentam limites, como imprecisões no preenchimento e mesmo a não concretização do que foi planejado. Essas lacunas podem se dar por inúmeras razões, a exemplo da pandemia de COVID-19, período em que pode não ter havido o plantio dos produtos previstos o que, conseqüentemente, impede a comercialização. Também não responderam a muitas questões, principalmente quando se quer profundidade em determinados temas. Esse foi o caso da comercialização, em que foram realizadas entrevistas (CAMILO, 2023) para compreender questões qualitativas, como os destinos da comercialização (local, regional ou nacional), a logística e as



formas de negociação nos diferentes tipos de comercialização, entre outras.

Como sugestões de estudos futuros, pode-se pensar em vários caminhos que os PMOs podem aportar contribuições científicas relevantes: dentro da própria OSM, é possível fazer uma análise temporal, para verificar a situação antes, durante e após a pandemia ou mesmo como cada agricultor, a partir da certificação, foi incrementando ou não novos produtos, aumentando área plantada, concretizando a transição agroecológica, melhorando práticas e usos de insumos, sendo possível avaliar o alinhamento com os princípios agroecológicos.

Pensando em outros contextos e instituições, uma possibilidade é fazer uma análise comparada da estrutura dos PMOs entre os OPACs do Brasil, o que permitiria um amplo conhecimento de como cada organismo constrói esse documento. Esses conhecimentos compartilhados podem levar à reflexão para melhorias entre os OPACs e agricultores, de modo que se constitua num documento que o agricultor preencha não apenas como uma obrigação ou “fardo”, mas como um guia para uma produção mais sustentável e agroecológica.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio de Janeiro, Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso dos agrotóxicos no Brasil e conexões com a união europeia**. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 46, de 06 de Outubro de 2011**. Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-46-de-06-de-outubro-de-2011-producao-vegetal-e-animal-regulada-pela-in-17-2014.pdf/view>. Acesso em: 04 abr. 2023.

CAMILO, G. A. P. V. Comercialização de produtos orgânicos: o caso dos agricultores da Central das Associações de Produtos Orgânicos do Sul de Minas (OSM) de Minas Gerais. In: **Campo - Território – Revista de Geografia Agrária**, 2023, vol. 18, no. 50, p. 52-77, ago. 2023.

CANDIOTTO, L. Z. P. Agroecologia: Conceitos, princípios e sua multidimensionalidade. In: **Ambientes - Revista de Geografia e Ecologia Política**, 2020, vol. 2, no. 2, p. 25-75.

CIDSE. Os princípios da agroecologia: rumo a sistemas alimentares justos, resilientes e sustentáveis. Bruxelas, 2018.



CODONHO, C. G. A produção orgânica como promotora de novas ruralidades? Reflexões sobre associações de produtores (neorurais) no Sul de Minas Gerais. In: **Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais – UNICAMP**, 2015, vol. 9, no. 2, set. 2015.

FINATTO, R. A. **Redes de agroecologia e produção orgânica na região sul do Brasil**: das intencionalidades à materialidade socioespacial. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. 322p. (Tese, doutorado em Geografia).

FREDERICO, S. Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, 2014, vol. 18, no. 1, p. 55-70. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/geousp/article/view/81077>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1999.

HESPANHOL, R. A. M. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 117-136.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.; NERY, J. A. 2020. **O Sistema participativo de garantia do Sul de Minas**. Pouso Alegre, IFSULDEMINAS, 2020. 84p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**: resultados definitivos. Rio de Janeiro, 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil**: mesorregiões e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro, 1990.

KARAM, K. F. Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade. In: MENDONÇA, F. (org.). **Cidade, desenvolvimento e meio ambiente**: a abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas de Curitiba e Região Metropolitana. Curitiba: UFPR, 2004. p. 227-257.

KROMBAUER, E. A. et al. Manejo orgânico e valorização de produtos agrícolas locais: reflexão sobre a produção de alimentos orgânicos no município de Arroio do Meio-RS. **Revista Científica Rural**, vol. 20, no. 1, p. 129-150, 2018.

MACHADO FILHO, L. C. P. et al. Criação Animal Agroecológica: reflexões e desafios. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 1, p. 214-237, 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. In: Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (org.). **Fundamentos da metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 174–214.

MUÑOZ, C. M. G. et al. Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, p. 361-376, 2016.

OLIVEIRA, M. B. **Certificação participativa e agroecologia**: processos de organização e resistência camponesa na Mata Paraibana. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. 260p. (Dissertação, mestrado em Geografia).



RAY, C. **Culture Economies: a perspective on Local Rural Development in Europe**. Newcastle: Centre for Rural Economy, 2001.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SILVEIRA, F. G. O trabalho agrícola no boom do agronegócio e na expansão das políticas para a pequena agricultura. **Nota técnica IPEA - Mercado de trabalho**, no. 63, out 2017.

VRIESMAN, A. K. et al. Assistência técnica e extensão rural para a certificação de produtos orgânicos da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, v. 8, n. 1, p. 138-149, 2012.